

Estados Unidos, o maior devedor

Antonio Dias Leite

A discussão sobre o endividamento da América Latina está dando lugar à da dívida dos Estados Unidos que, no princípio de 1985, passaram da situação de credores para a de devedores em relação ao resto do mundo. A previsão é de que o saldo devedor cresça à razão de mais de US\$ 100 bilhões por ano, mediante o qual alcançarão os Estados Unidos, rapidamente, o primeiro posto entre as nações devedoras.

Na desordenada evolução das finanças internacionais, desde 1974 é compreensível que esse endividamento, bem como o dos próprios americanos no interior do país, passe a ocupar posição de destaque nas preocupações do mundo ocidental e do Terceiro Mundo, ambos em crise. A questão preocupa, principalmente, pelo fato de que a moeda americana é a base do sistema monetário internacional.

Graças, ainda, ao persistente déficit do orçamento federal — este ano atingindo US\$ 200 bilhões — entraram os Estados Unidos no rol dos países que recebem admoestações do FMI, pelo seu mau comportamento. O Sr. de Laroisière já fez um discurso nesse sentido. Sem qualquer efeito prático, porque não há quem possa, no caso, impor sanções do tipo das aplicadas pelos Estados Unidos aos países em desenvolvimento, por intermédio dos seus Bancos e de sua influência no próprio FMI.

Mas a comparação, nesses termos, não vale. A questão é muito mais complexa porque o Congresso, o Governo e o Banco Central dos Estados Unidos são, ao mesmo tempo, administradores da sua economia interna e, direta ou indiretamente, do sistema monetário internacional, o que acarreta contradições. Além disso, são por vezes também contraditórios os efeitos da política americana em relação ao comércio e às finanças nos países em desenvolvimento.

O déficit do Tesouro Americano está permitindo que o país consuma mais, abrindo portanto espaço para importações provenientes de países devedores. A cobertura do déficit via financiamento promove elevação da taxa de juros no mercado interno e atrai capitais de todo o mundo que, por seu turno, dão cobertura ao déficit do balanço comercial. As importações, a preços inferiores aos praticados pela indústria americana, beneficiam os consumidores e prejudicam vários setores produtivos internos que reclamam maior protecionismo. A continuidade desse

processo é impossível, pois levaria à drenagem de todas as economias do mundo para aplicação no território americano. Há quem estime mesmo que, no atual ritmo, a dívida externa líquida dos Estados Unidos atingiria um trilhão de dólares em 1990.

Mas se, em direção contrária, houver a redução do déficit fiscal que está permitindo a cada americano dispor, em média, de quase mil dólares anuais acima do que ganhou ou produziu, reduzir-se-á, provavelmente, o mercado para as exportações dos países em desenvolvimento.

A maior ou menor abertura do mercado americano para nossas exportações não tradicionais e o nível da taxa interna de juros nos Estados Unidos não são, portanto, fatores independentes.

Tem estado na ordem do dia o esforço do Brasil para alcançar, com exportações diversificadas, significativos saldos do balanço comercial, com o objetivo de tornar possível o pagamento dos juros externos. Mas o que de fato interessa é obter a máxima diferença entre o valor das nossas exportações não tradicionais e o volume dos juros. Esse, o saldo decisivo. Se as condições externas impedirem o seu crescimento, seja pela retração de mercado ou pela exacerbada protecionismo, seja pela manutenção de elevadas taxas de juros, ou ainda pela combinação de ambos — o que seria catastrófico — não teremos como cumprir nossos compromissos, uma vez que a redução das importações já chegou ao mínimo admissível.

Para o Governo Americano, no que se refere à administração da economia interna, a conjuntura é, em termos globais, temporariamente favorável, mas não pode persistir. Quanto à sua administração do sistema monetário internacional, a continuidade do atual desequilíbrio impede a recuperação da economia mundial.

Mas o que existe de dramático, para nós da América Latina, é que o Governo dos Estados Unidos pode prosseguir, no mesmo rumo, por algum tempo, sem risco econômico iminente, e não tem, portanto, necessidade de procurar uma solução global, a prazo curto, para a desorganização financeira em que estamos vivendo. E que, nesse intervalo de tempo, ocorrerão danos irreversíveis que podem levar à ruína vários países que antes se diziam "em desenvolvimento", inclusive com instabilidades políticas locais que podem acarretar consequências internacionais.

Antonio Dias Leite é Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.

